

CONSELHO DE MINISTROS

Resolução n.º 81/2026

Sumário: Aprova o Plano de Ação para a Segurança Alimentar e Nutricional e Sistemas Alimentares Sustentáveis 2026-2030.

A Segurança Alimentar e Nutricional constitui um direito fundamental e um dos pilares estruturantes para o desenvolvimento sustentável de Cabo Verde. Num contexto insular caracterizado por limitações estruturais da produção agrícola, elevada dependência do exterior e exposição recorrente a choques climáticos e económicos, torna-se imperativo adotar instrumentos normativos que assegurem respostas coordenadas, eficazes e sustentáveis.

A Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e Sistemas Alimentares Sustentáveis de Cabo Verde-2035 (ENSANS) define o enquadramento estratégico de longo prazo, orientado para garantir a toda a população o acesso regular, físico e económico a alimentos seguros, nutritivos e adequados.

Esta estratégia assenta numa abordagem integrada e multisetorial, envolvendo áreas-chave como a agricultura, saúde, nutrição, proteção social, água e saneamento, refletindo a natureza transversal da segurança alimentar.

Todavia, a concretização dos objetivos estratégicos estabelecidos pela ENSANS-2035 exige a sua tradução em medidas concretas, devidamente estruturadas, calendarizadas e monitorizadas.

É neste contexto que se justifica a aprovação do Plano de Ação para a Segurança Alimentar e Nutricional e Sistemas Alimentares Sustentáveis de Cabo Verde 2026-2030 (PASANS), enquanto instrumento operativo que permite transformar orientações estratégicas em resultados mensuráveis e sustentáveis.

O PASANS 2026-2030, surge, assim, como um mecanismo essencial de coordenação interinstitucional e de mobilização de recursos, orientado para enfrentar os principais constrangimentos do país, designadamente a vulnerabilidade às alterações climáticas, as desigualdades no acesso aos alimentos e a volatilidade dos mercados internacionais.

Paralelamente, o PASANS capitaliza oportunidades emergentes, nomeadamente o reforço das capacidades institucionais, a inovação tecnológica e a consolidação de políticas públicas orientadas para a resiliência dos sistemas alimentares.

Importa igualmente destacar que a eficácia do PASANS depende de um sistema robusto de seguimento e avaliação. Neste sentido, prevê-se o fortalecimento do Sistema de Informação de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), enquanto ferramenta central para a recolha, análise e disseminação de dados relevantes sobre o estado da segurança alimentar no país. Este sistema

permitirá a monitorização contínua de indicadores-chave, incluindo a disponibilidade alimentar, o acesso, a situação nutricional e os níveis de vulnerabilidade, assegurando a produção de informação atempada e a emissão de alertas precoces para suporte à tomada de decisão.

Adicionalmente, o PASANS contempla a institucionalização de mecanismos de governação baseados na transparência, responsabilização e participação, com destaque para a criação de estruturas de coordenação e acompanhamento que assegurem a implementação eficaz das medidas preconizadas.

A aprovação do PASANS 2026-2030 representa, assim, um passo decisivo na consolidação do compromisso nacional com a realização progressiva do Direito Humano à Alimentação Adequada, alinhando Cabo Verde com as melhores práticas internacionais e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Deste modo, o presente diploma visa aprovar o PASANS, enquanto instrumento essencial para a operacionalização da ENSANS 2035, reforçando o compromisso do Governo com a construção de sistemas alimentares mais resilientes, inclusivos e sustentáveis.

Assim,

Nos termos do n.º 2 do artigo 265º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1º

Aprovação

É aprovada o Plano de Ação para a Segurança Alimentar e Nutricional e Sistemas Alimentares Sustentáveis 2026-2030, abreviadamente designado por PASANS 2026-2030, constante do anexo à presente Resolução, da qual faz parte integrante.

Artigo 2º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho de Ministros do dia 30 de abril de 2026. — O Primeiro-Ministro, José Ulisses de Pina Correia e Silva.

ANEXO

(A que se refere o artigo 1º)

PLANO DE AÇÃO PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E SISTEMAS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS 2026-2030

1. Contextualização

A Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e Sistemas Alimentares Sustentáveis de Cabo Verde (ENSANS) estabelece o quadro orientador para garantir que toda a população tenha acesso regular, físico e económico a alimentos seguros, nutritivos e adequados, promovendo uma abordagem integrada que articula agricultura, saúde, nutrição, proteção social, água e saneamento. A concretização desta visão exige um Plano de Ação capaz de transformar objetivos estratégicos em intervenções operacionais, mobilizando instituições, recursos e sistemas de informação de forma coordenada - o Plano de Ação para a Segurança Alimentar e Nutricional e Sistemas Alimentares Sustentáveis de Cabo Verde - 2026-2030 (PASANS).

A implementação do PASANS ocorre num contexto marcado por vulnerabilidades estruturais — fraca disponibilidade de produção interna, forte dependência das importações, impactos das alterações climáticas e desigualdades no acesso aos alimentos — mas também por oportunidades decorrentes de avanços institucionais, inovação tecnológica e fortalecimento das políticas públicas. Para assegurar que as ações respondam eficazmente a estes desafios, a ENSANS enfatiza a necessidade de um sistema robusto de seguimento e avaliação, ancorado no Sistema de Informação de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Este sistema deverá incluir dispositivos de monitorização do mercado, situação nutricional, vulnerabilidade e condições de acesso aos alimentos, permitindo análises regulares e a geração de alertas precoces.

Neste contexto, o PASANS assume como prioridade transversal o reforço da resiliência do sistema alimentar nacional face a choques externos — incluindo volatilidade dos preços internacionais, disrupções logísticas e restrições no acesso a insumos — através de medidas integradas que combinam produção local, proteção social, sistemas de informação e mecanismos de resposta antecipada.

A natureza interdisciplinar e intersetorial da SAN pressupõe a articulação entre os setores públicos, privados, ONGs e parceiros de cooperação. Neste sentido, o PASANS foi desenhado para que a sua implementação seja da responsabilidade de todos os intervenientes, cabendo ao SNSAN articular e coordenar as ações.

Através de metas claras e indicadores mensuráveis, o PASANS permitirá aferir progressos de forma transparente e fundamentada. A articulação entre o SISAN e os mecanismos governamentais existentes garantirá a integração das informações, assegurando maior eficiência

na implementação e maior responsabilização pública. Relatórios periódicos anuais permitirão monitorizar tendências, ajustar estratégias e reforçar a coordenação institucional.

O Plano de Ação da ENSANS constitui, assim, uma ferramenta estratégica e operacional essencial para orientar investimentos, fortalecer capacidades institucionais e garantir que Cabo Verde avance de forma consistente rumo à realização plena do direito humano à alimentação adequada.

O PASANS traduz operacionalmente as linhas de ação e resultados esperados definidos na ENSANS 2035, assegurando a sua implementação faseada no período 2026–2030.

2. Estruturação do Plano de Ação

Tal como a ENSANS, o Plano de Ação está estrutura a partir de seis eixos estratégicos interligados, capazes de responder de forma complementar aos desafios que se colocam para o alcance do objetivo geral definido pela ENSAN 2035: fortalecer a Segurança Alimentar e Nutricional através de sistemas alimentares sustentáveis, resilientes e inclusivos, a proteção social e a saúde, para garantir o Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas e o desenvolvimento sustentável de Cabo Verde.

Abaixo estão representados os eixos estratégicos que guiarão a implementação da Estratégia e a operacionalização do respetivo Plano de Ação:

Eixo 1 – Governança Multissetorial e Multiterritorial da SAN: visa reforçar a coordenação política, técnica e territorial da segurança alimentar e nutricional. As ações incluem:

- Fortalecimento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN) e do Conselho Interministerial para os Sistemas Alimentares Sustentáveis (CISAS);
- Institucionalização dos Fóruns Territoriais;
- Criação de mecanismos de planeamento e orçamentação conjunta;
- Integração da SAN nos planos municipais e regionais.

Eixo 2 – Resiliência e Sustentabilidade do Sistema Agroalimentar: foca-se na valorização da produção nacional e na transição para sistemas agroalimentares sustentáveis, como base para reduzir a vulnerabilidade externa e aumentar a resiliência do país face a choques nos mercados internacionais de alimentos, energia e insumos agrícolas. As principais ações são:

Incentivo à agroecologia, horticultura e fruticultura;

- Promoção da pesca artesanal e da pecuária sustentável;
- Modernização das infraestruturas de apoio à produção e comercialização;
- Criação de centros de pós-colheita e *hubs* logísticos inter-ilhas;
- Apoio à gestão sustentável dos recursos hídricos e do solo.

Eixo 3 – Proteção Social, Emprego e SAN: procura integrar políticas de proteção social com iniciativas de inclusão económica e geração de rendimentos. Entre as ações previstas destacam-se:

- Ampliação dos programas de transferência de rendimento;
- Promoção do emprego digno e do empreendedorismo rural;
- Apoio a cooperativas de mulheres e jovens;
- Fortalecimento dos mecanismos de resposta a choques.

Eixo 4 – Promoção da Alimentação Saudável, Saúde e Educação Nutricional baseia-se na abordagem “Uma Só Saúde”, integrando dimensões humanas, animais e ambientais. As ações incluem:

- Promoção de dietas saudáveis e diversificadas;
- Fortalecimento do Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escolar (PNASE);
- Campanhas de educação alimentar e nutricional;
- Regulação da publicidade e rotulagem de alimentos.

Eixo 5 – Sistema de Informação e Gestão Antecipada de Crises: pretende reforçar o Sistema de Informação existente como instrumento de análise e decisão. Este eixo constitui o principal instrumento de antecipação e gestão de choques externos, assegurando que a informação gerada pelo SISAN se traduza em decisões rápidas e coordenadas. Ações principais:

- Recolha e atualização contínua de dados sobre produção, consumo e nutrição;
- Criação de um mecanismo de alerta rápido;
- Integração de informação meteorológica e socioeconómica;
- Formação técnica em análise de risco e resposta.

Eixo 6 – Financiamento e Investimento Sustentável: assegura a sustentabilidade financeira e operacional da Estratégia. As ações incluem:

- Reforço do financiamento público;
- Mobilização de parcerias internacionais;
- Incentivos fiscais e linhas de crédito;
- Apoio a *startups* e iniciativas locais de inovação alimentar;
- Promoção do investimento verde e inclusivo.

3. Implementação e Aspetos Institucionais

Na implementação do PASANS intervirão, conforme já definido no ENSANS, as entidades com responsabilidades nas áreas de agricultura, pecuária, pescas, comércio, transportes, educação, saúde, proteção social, emprego, juventude, infraestrutura, gestão de recursos hídricos,

investigação, estatísticas, finanças, entre outras. A garantia da SAN requer uma ampla base de concertação e de sinergias, articulando o Governo, agências de regulação, agências de cooperação e desenvolvimento, autarquias locais, organizações da sociedade civil e setor privado.

A arquitetura institucional para a implementação da Estratégia é composta por quatro instâncias principais:

1.CISAS:

- Responsável pela definição de políticas nacionais e integração interministerial.
- Aprova prioridades, planos e orçamentos da SAN e garante a coerência entre os setores.

2.CNSAN:

- Instância multisetorial e multiterritorial de coordenação política.
- Pela sua trajetória e natureza plural, é reafirmado como o órgão central de governança do sistema alimentar nacional, assegurando que as políticas públicas se orientem para o objetivo primordial de garantir o acesso da população a uma alimentação adequada.

3.SNSAN:

- Atua como órgão técnico de apoio ao CNSAN e ao CISAS.
- Coordena o SISO, organiza o monitoramento e produz relatórios sobre a situação alimentar e nutricional do país.

4.Fóruns Territoriais de SAN e Sistemas Alimentares

- Espaços descentralizados de consulta, planificação e monitoramento.
- Permitem incorporar as realidades locais, fortalecer o diálogo entre atores e traduzir a política nacional em ações concretas em cada ilha.
- Permitem avaliar a oportunidade e necessidades de estabelecimento de órgãos municipais específicos (Conselhos) ou o fortalecimento da agenda nos Conselhos Municipais de Auscultação Social.

A implementação do PASANS segue a arquitetura institucional definida na ENSANS 2035, assente na seguinte cadeia funcional:

- a) CNSAN assegura a coordenação estratégica e formula recomendações;
- b) CISAS valida e decide as políticas e prioridades;
- c) SNSAN assegura a coordenação técnica, operacionalização, monitorização e reporte;
- d) Os Fóruns Territoriais asseguram a articulação e implementação ao nível local.

4. Fatores Críticos de Sucesso

São vários os fatores críticos para o sucesso do PASANS que, apesar de ambicioso, se pretende exequível e impactante. Não obstante, salientamos os 6 Fatores Críticos de Sucesso, sem os quais o PASANS aqui apresentado não terá condições de operacionalização:

- i) Compromisso Político: estes processos são de médio a longo prazo, o que requer uma visão contínua e consistente. Tal visão deve estar ancorada num forte compromisso político, capaz de transcender os ciclos eleitorais e as mudanças de governo. Isso significa que as políticas e os investimentos devem ser planeados e mantidos de forma ininterrupta, com a aprovação de legislações favoráveis, orçamentos adequados e apoio institucional contínuo;
- ii) Disponibilidade de recursos financeiros, humanos e materiais: assegurando a alocação de fundos públicos e privados, bem como atraindo investimentos e parcerias internacionais;
- iii) Arquitetura institucional eficiente: implica fortalecer as instituições responsáveis e promover uma gestão integrada entre os diversos órgãos governamentais e entidades envolvidas. Um planeamento coordenado e a articulação intersetorial são essenciais para garantir uma visão estratégica unificada e a execução eficaz do plano;
- iv) Mobilização e apropriação multissetorial: incluindo a participação ativa e coordenada das diferentes tipologias de atores identificadas. Essa mobilização multissetorial não só assegura que as políticas estejam alinhadas com as reais necessidades e aspirações dos territórios, como também fomenta um sentimento de apropriação e coresponsabilização;
- v) Abordagem territorial: os territórios são protagonistas, articulando políticas de agricultura, pescas, saúde, nutrição, educação, proteção social, infraestruturas, ambiente e turismo, reforçando a coordenação intersetorial e a participação social em todos os níveis de decisão. A territorialização traduz-se em planeamento integrado e descentralização progressiva, valorizando as economias locais e os alimentos tradicionais, fortalecendo a governança e aproximando as políticas públicas das realidades de cada ilha e município. O CNSAN assume o papel de órgão central de coordenação, articulado com o CISAS e o SNSAN, enquanto os Fóruns Territoriais e os futuros Conselhos Municipais de SAN e Sistemas Alimentares Sustentáveis asseguram a tradução territorial da política nacional, promovendo coesão, sustentabilidade e inclusão social;
- vi) Capacidade de antecipação e resposta a choques: o sucesso do PASANS depende da capacidade de monitorar riscos externos, antecipar crises e mobilizar respostas coordenadas entre setores, com base em sistemas de informação robustos e mecanismos institucionais ágeis.

5. Monitorização e Avaliação da Implementação da ENSANS 2035

A implementação da ENSANS 2035 e do respetivo Plano de Ação exige um sistema de monitorização e avaliação sistemático, integrado e transparente, capaz de assegurar que as intervenções realizadas se mantenham alinhadas com os objetivos estratégicos e contribuam efetivamente para o fortalecimento da SAN em Cabo Verde. Para garantir essa coerência, a monitorização deve apoiar-se nas bases de dados e nas informações estratégicas que compõem o (SISAN).

Atualmente, o SISAN integra dispositivos de acompanhamento do mercado, da situação nutricional e da vulnerabilidade e insegurança alimentar; contudo, estes módulos necessitam de ser reforçados e complementados. Uma atenção especial deverá ser dada ao seguimento das condições de acesso aos alimentos — geralmente aferidas por meio de inquéritos periódicos que requerem tratamento e análise rigorosa — permitindo instituir mecanismos de alerta precoce para riscos multidimensionais de insegurança alimentar. O desenvolvimento deste módulo fortalecerá igualmente o acompanhamento dos aspetos nutricionais, do estado de saúde e do acesso à água potável e saneamento, reconhecidos como determinantes essenciais da SAN.

A avaliação da implementação da ENSANS 2035, integrada no ciclo do PASANS, basear-se-á em informações provenientes das execuções físicas e financeiras dos projetos, complementadas por relatórios contendo indicadores de resultados previamente definidos. Estes indicadores devem captar de forma abrangente as diversas dimensões da SAN, incluindo disponibilidade de alimentos, estado nutricional da população, acessibilidade económica, estabilidade do abastecimento e condições de utilização. Elementos como o número de pessoas em situação de défice nutricional ou com limitações de rendimento para aquisição de alimentos constituem exemplos de parâmetros fundamentais para análise.

Para assegurar regularidade e consistência no processo, serão produzidos relatórios anuais, consolidando informação recolhida pelo SNSAN e pelas entidades setoriais e territoriais competentes. Estes relatórios integrarão:

- Análises quantitativas, baseadas nos indicadores e metas definidas;
- Avaliações qualitativas, contextualizando os resultados através de diagnósticos territoriais, estudos de caso e contributos das comunidades e instituições;
- Identificação de avanços, desafios e boas práticas, promovendo aprendizagem contínua e maior efetividade na ação pública.

A transparência na divulgação destes relatórios será prioritária, assegurando que todos os atores do sistema — públicos, privados e da sociedade civil — tenham acesso às informações e evidências produzidas. Os relatórios deverão ser apresentados e discutidos nas reuniões ordinárias do CNSAN, servindo de base para a formulação de recomendações estratégicas a submeter ao

CISAS.

O SISAN constitui o sistema central de monitorização da Segurança Alimentar e Nutricional, integrando dados setoriais e territoriais para apoio à decisão.

O SNSAN poderá recorrer ao Sistema Integrado de Gestão Orçamental e Financeira (SIGOF), como ferramenta complementar para o seguimento financeiro e orçamental das intervenções.

O processo de monitorização e avaliação será coordenado pelo SNSAN, enquanto órgão técnico responsável pela consolidação de dados, produção de relatórios e apoio à tomada de decisão.

O CNSAN assumirá a função de instância de acompanhamento estratégico, analisando os relatórios periódicos, formulando recomendações e propondo eventuais ajustes ao PASANS, a submeter ao CISAS para decisão.

Os Fóruns Territoriais contribuirão com informação e análise ao nível local, assegurando a integração da dimensão territorial no sistema de monitorização.

Assim, o sistema de monitorização e avaliação da ENSANS 2035 assenta numa arquitetura robusta, que conjuga mecanismos nacionais de gestão pública, um sistema de informação dedicado à SAN e um processo participativo e técnico de acompanhamento contínuo, assegurando transparência, aprendizagem institucional e melhoria permanente das políticas públicas.

6. Matriz de Resultados do Plano de Ação

O progresso na implementação da Estratégia e respetivo PASANS será medido a partir dos seguintes indicadores, e alinhado com o seguimento dos indicadores e metas da Agenda 2030.

Indicador	Situação atual	Meta 2030	Observações
Prevalência subalimentação	13,50%	2,5%	Dados da situação atual referente a 2023
Prevalência de insegurança alimentar moderada e graveⁱⁱ	32,3%	5%	Dados da situação atual referente a 2024
Prevalência de desnutrição aguda em crianças < 5 anosⁱⁱ	4,7%	5%	Dados da situação atual referente a 2025
Prevalência de desnutrição crónica em crianças < 5 anosⁱⁱ	14,2%	10%	

Prevalência de excesso de peso e obesidade em crianças < 5 anosⁱⁱ	9,9%	5%	
Prevalência do aleitamento materno exclusivo em crianças menores dos 6 mesesⁱⁱ	47,5%	60%	Dados da situação atual referente a 2024
Prevalência anemia em mulheres entre 15 e 49 anosⁱⁱⁱ	21%	21,3%	Dados da situação atual referente a 2018
Prevalência de baixo peso ao nascerⁱⁱⁱ	9,6%	6,72%	
Prevalência Diversidade da dieta mínima das crianças 6-23 mesesⁱⁱ	54,3%	65%	Dados da situação atual referente a 2024
Prevalência diversidade da dieta mínima em mulheres entre 15 e 49 anosⁱⁱ	62,6%	85%	
Prevalência de obesidade em adultos^{iv}	15,8%	11,3%	Dados da situação atual referente a 2022

ⁱ FAOSATAT: disponível em <https://www.fao.org/faostat/en/#data/FS>

ⁱⁱ MAA. Relatório de Resultados do Inquérito Nacional sobre a Vulnerabilidade Alimentar e Nutricional das Famílias (IN-VANF). 2024. Secretariado Nacional para a Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério da Agricultura e Ambiente (SNSAN/MAA). Praia, Cabo Verde.

ⁱⁱⁱ INE, Ministério da Saúde e da Segurança Social, e Utica International. 2020. Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva, IDSR-III, Cabo Verde 2018. Praia, Cabo Verde, and Columbia, Maryland, USA.

ⁱ ^v The Global Health Observatory: disponível em [https://www.who.int/data/gho/data/indicators/indicator-details/GHO/prevalence-of-obesity-among-adults-bmi--30-\(age-standardized-estimate\)-\(-\)](https://www.who.int/data/gho/data/indicators/indicator-details/GHO/prevalence-of-obesity-among-adults-bmi--30-(age-standardized-estimate)-(-))

7. Investimento e Estrutura de Financiamento

O Plano de Ação detalha os investimentos necessários para alcançar os objetivos prioritários atrás elencados, coerente com o contexto nacional e suficientemente flexível para orientar o planeamento, mobilização de recursos e implementação progressiva das ações previstas.

O orçamento indicativo é uma ferramenta essencial para criar as condições necessárias à implementação eficiente e eficaz das medidas estratégicas. O orçamento estimativo totaliza aproximadamente 25,676 milhões de contos, equivalente a cerca de 232,85 milhões de EUR, e

representa o compromisso do Estado com a implementação das ações prioritárias identificadas.

A Estrutura de Financiamento inclui:

- Recursos Públicos: alocação de orçamento do Estado específico para a SAN e SAS.
- Parcerias Público-Privadas (PPP): incentivos fiscais e mecanismos de cofinanciamento para projetos prioritários.
- Agências internacionais de cooperação: obtenção de empréstimos e apoio de organismos multilaterais, como o Banco Mundial, BAD, BADEA, FAO, PNUD e acesso a fundos internacionais (fundos verdes, climáticos e financiamento ao nível dos SIDS).
- ONGs: cooperação bilateral, que pode incluir transferência de conhecimento, apoio técnico e acesso a linhas de crédito preferenciais.
- Setor privado: Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE); Investimentos via Fundo Soberano de Garantia e parcerias tecnológicas.

A mobilização de recursos deverá privilegiar a integração no Orçamento Geral do Estado (OGE) e nos instrumentos nacionais de planejamento, nomeadamente o *Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS)*, podendo ser avaliada a criação de mecanismos financeiros complementares, em articulação com iniciativas existentes como o Plano de Desenvolvimento e Transformação da Agricultura (PDTA).

Deverá ser dada prioridade ao financiamento de intervenções que aumentem a resiliência do sistema alimentar, nomeadamente infraestruturas logísticas, produção local estratégica, sistemas de informação e mecanismos de resposta a crises.

ANEXOS

Tabela por Eixos de Intervenção

Eixo 1	Governança Multissetorial e Multiterritorial da SAN
Eixo 2	Resiliência e Sustentabilidade do Sistema Agroalimentar
Eixo 3	Proteção Social, Emprego e SAN:
Eixo 4	Promoção da Alimentação Saudável, Saúde e Educação Nutricional
Eixo 5	Sistema de Informação e Gestão Antecipada de Crises
Eixo 6	Financiamento e Investimento Sustentável

Eixo 1									
Objetivos	Linhas de ação prioritárias	Atividades	Indicadores	Resultados esperados	Respons	Crono	Orçamento garantido	Orçamento adicional	Observações
1.1. Reforço da governança e planejamento multissetorial e multinível para o Sistema Alimentar e transversalização da SAN	Funcionamento e fortalecimento do SNSAN - Estrutura e funcionamento do SNSAN	Participação do Secretariado nos instrumentos de governanças setoriais vinculadas à SAN; Reforço da capacidade técnica do SNSAN; Funcionamento permanente do SNSAN	Número de técnicos contratados; Número de técnicos capacitados nas diferentes áreas da SAN; Número de formações realizadas	Equipa capacitada e estrutura adequada para o desempenho das atribuições	SNSAN	2026 - 2030	50 000 000	13 000 000	
		Funcionamento regular do SNSAN; coordenação intersectorial e territorial; operacionalização do SNSAN; gestão do SISAN; integração da SAN no planeamento e no orçamento através de marcadores orgânicos; coordenação da resposta a crises	Nº de reuniões do CNSAN; % de recomendações incorporadas; nº de outputs do SISAN; % de setores com SAN integrada nos planos; existência e aplicação de marcadores orgânicos à SAN; tempo de resposta a crises	CNSAN funcional; SNSAN operacional; SISAN ativo; SAN integrada nas políticas e monitorada no orçamento; reforço da capacidade de resposta a choques	SNSAN	2026 - 2030	4 000 000	5 200 000	
	Reforço do quadro legal sobre DHAA	Regulamentação da Lei DHAA	Número de regulamento criado (proposta)	DHAA incorporada ao conjunto de políticas públicas. Proposta de regulamento elaborada	MAA CNDHC	2027	2 500 000	1 950 000	
1.2. Fortalecer o CNSAN para responder aos novos desafios da governança territorial do SAS e SAN	Revisão e publicação de Resolução CNSAN, contemplando a nova estrutura de governança	Elaboração e publicação de Resolução CNSAN, contemplando a nova composição do Conselho, a descentralização do mesmo e mecanismos de participação, entre outros	Resolução publicada;	Consolidação do CNSAN.	SNSAN	2027	500 000	780 000	
	Reforço da participação da sociedade civil no CNSAN	Elaboração de Diretrizes de Participação da sociedade civil no CNSAN	Diretrizes formuladas e aprovadas no CNSAN que orientam a participação da sociedade civil. Ampliação do número de participantes da sociedade civil nos processos deliberativos do CNSAN.	Participação ampla e efetiva da sociedade civil no CNSAN	SNSAN/ONGS/FAO	2026-2027	1 000 000	1 300 000	
	Ação de capacitação em planeamento e governança da SAN e dos SAS	Ação de formação nacional para reforço de capacidades de técnicos e instituições relevantes para a governança dos sistemas agroalimentares e de SAN, com partilha de boas práticas locais	Número de ações de capacitação de técnicos e instituições relevantes para a governança dos sistemas agroalimentares e de SAN. Número de participantes nas ações de capacitação de técnicos e instituições relevantes para a governança dos sistemas agroalimentares e de SAN.	Reforço de capacidades de técnicos e instituições relevantes para a governança dos sistemas agroalimentares e de SAN	SNSAN/ONGS/FAO	2027-2030		2 600 000	
1.3. Promover descentralização do processo de planeamento e acompanhamento da implementação da ENSAN	Elaboração de Diretrizes para a realização de Fóruns Territoriais de Sistemas Agroalimentares e de SAN nas ilhas; Definição do funcionamento global dos fóruns territoriais	DEFINIÇÃO das Diretrizes de Participação de representações locais nos Fóruns territoriais	Diretrizes para a realização dos Fóruns Territoriais formuladas e aprovadas pelo CNSAN.	Diretrizes de realização de Fóruns Territoriais formuladas e aprovadas	SNSAN/FAO	2026 - 2027		1 300 000	
		Realização de Fóruns anuais nas ilhas, antecedendo as reuniões ordinárias do CNSAN-CV. Mobilização dos atores locais	Número de fóruns realizados. Número de participantes das representações locais nos Fóruns Territoriais. Planos locais produzidos com diagnóstico validado e encaminhado ao CNSAN.	Descentralização do processo de planeamento e acompanhamento da implementação da ENSAN. Participação ampla e efetiva das representações locais nos Fóruns Territoriais. Planos locais com Diagnóstico encaminhados ao CNSAN	SNSAN/FAO/ONGS	2028-2030		19 500 000	
	Definição de Diretrizes para a constituição de Conselhos Locais de SAN e de Promoção de SAS	Elaboração de Diretrizes para a constituição de Conselhos Locais de Sistemas Agroalimentares e de SAN nas ilhas	Diretrizes formuladas e aprovadas no CNSAN	Diretrizes formuladas e aprovadas no CNSAN	SNSAN/FAO/CM/O NGS	2029		1 950 000	
1.4. Avaliação da SNSAN 2035 para fortalecimento da governança SAN	Avaliação de meio termo	Avaliação do PANSAN 2030	Relatório PANSAN 2030 realizada	Propostas de fortalecimento da SNSAN 2035, a partir de ajustes eventuais no respectivo Plano de Ação. Relatório do PANSAN aprovado	SNSAN/FAO	2030		5 900 000	
TOTAL							57 800 000	51 480 000	

Eixo 2									
Objetivos	Linhas de ação prioritárias	Atividades	Indicadores	Resultados esperados	Respons	Crono	Orçamento PDTA	Orçamento Adicional	Observações
2.1. Produção agroalimentar sustentável e resiliente	Instalação de sistemas agroecológicos e práticas de conservação do solo	Recuperação de áreas degradadas e capacitação em práticas de conservação do solo	Nº de agricultores capacitados. Nº de hectares com sistemas agroecológicos instalados. Porcentagem de áreas com redução de erosão ou degradação do solo.	Aumento da produtividade e resiliência das explorações agrícolas e pecuárias	MAA, INIDA, ONGs, Municípios	2026-2030	587 491 920		
	Programas de gestão eficiente da água e irrigação gota-a-gota	Aumento da disponibilidade de água, promoção de rega eficiente, gestão de bacias hidrográficas e conscientização para uso sustentável	Nº de hectares irrigados por sistema eficiente. Volume de água economizado. Produtividade média irrigada.	Redução do consumo de água e aumento da eficiência hídrica da agricultura	MAA, ANAS, DGASP	2026-2030	3 818 697 480		
	Promoção de energias renováveis aplicadas à agricultura e pesca	Promoção de energias renováveis e integração de energia limpa na pós-colheita e logística	Nº de sistemas de energia renovável instalados. Energia gerada/utilizada a partir de fontes renováveis. Redução de custos de energia para produtores.	Expansão do uso de energias renováveis nas atividades agrícolas e pesqueiras	Direção da Energia e Indústria, Empresas de Energia Renovável, DGASP	2026-2030	528 830 940		
	Fortalecimento das capacidades técnicas dos pescadores, pecuaristas e agricultores	Capacitação técnica, financeira e lideranças, com intercâmbio de conhecimentos	Nº de produtores capacitados por setor. Nº de intercâmbios realizados. Nº de líderes de associações e cooperativas capacitados.	Adoção ampliada de boas práticas sustentáveis na agricultura, pecuária e pesca	DGASP, MAA, MM, ONGs, Cooperativas, Universidades	2026-2030	1 197 036 840		
	Programas de conservação da biodiversidade agrícola e combate à desertificação	Conservação da biodiversidade, restauração ecológica e valorização sustentável de recursos florestais	Área (ha) sob práticas de conservação da biodiversidade agrícola e controlo da erosão Taxa de sobrevivência (%) das mudas após 12 meses de plantio Área (ha) restaurada com sistemas agroflorestais	Recuperação de áreas degradadas e fortalecimento da conservação da biodiversidade agrícola	MAA, INIDA, ONGs, Municípios	2026-2030	1 334 647 560		
	Introdução de novas variedades adaptadas ao clima	Introdução de novas variedades e reconversão para sistemas agrícolas mais resilientes e produtivos	Nº de variedades introduzidas. Porcentagem de produtores utilizando variedades adaptadas. Produtividade média das novas variedades.	Utilização generalizada de variedades agrícolas adaptadas às alterações climáticas	DGASP, INIDA, MAA, Universidade	2026-2030	1 383 825 750		
2.2. Promover a Transição agroecológica	Criação e dinamização da Rede Nacional para a Transição Agroecológica	Estruturação de redes, promoção de intercâmbio e disseminação de práticas agroecológicas	Nº de instituições integradas na rede. Nº de encontros ou fóruns realizados. Nº de boas práticas documentadas e partilhadas.	Rede Nacional para a Transição Agroecológica operacional e ativa em todas as ilhas	MAA, Universidade des, ONGs			26 463 600	
	Implementação do Programa "Cuadro Nacional de Concertação Agroecológica"	Elaboração de estratégia, políticas e mecanismos de coordenação para promover a agroecologia com monitoramento de resultados.	Estratégia e plano aprovados; leis e políticas formuladas e avaliadas; programa implementado; articulação multisetorial; monitoramento de metas anuais	Programa "Cuadro Nacional de Concertação Agroecológica" implementado com ampla participação setorial	MAA, MM, Sociedade Civil			11 026 500	
	Reforço do Sistema de Extensão Rural e Campos-Escola do Produtor (CEP)	Criação de campos-escola e expansão da assistência técnica rural	Nº de campos-escola instalados. Nº de produtores atendidos. Nº de visitas técnicas realizadas.	Sistema de Extensão Rural fortalecido e Campos-Escola do Produtor em pleno funcionamento	DGASP	2026-2028	307 859 880		
	Formação técnica e intercâmbios em agroecologia	Financiamento da pesquisa e promoção de intercâmbio entre investigadores, técnicos e produtores.	Nº de participantes em cursos e intercâmbios. Porcentagem de participantes aplicando conhecimentos no campo.	Técnicos e produtores capacitados em práticas e princípios da agroecologia Cooperação consolidada com universidades, centros de pesquisa e centros de competência Materiais técnicos e guias de boas práticas amplamente disseminados entre os produtores	DGASP, MAA, Universidade des, CCAFS, CEP, INIDA, Organiz Internacio nais	2026-2030	1 417 566 840		

Eixo 2									
Objetivos	Linhas de ação prioritárias	Atividades	Indicadores	Resultados esperados	Respons	Crono	Orçamento PDTA	Orçamento Adicional	Observações
2.1. Produção agroalimentar sustentável e resiliente	Instalação de sistemas agroecológicos e práticas de conservação do solo	Recuperação de áreas degradadas e capacitação em práticas de conservação do solo	Nº de agricultores capacitados. Nº de hectares com sistemas agroecológicos instalados. Porcentagem de áreas com redução de erosão ou degradação do solo.	Aumento da produtividade e resiliência das explorações agrícolas e pecuárias	MAA, INIDA, ONGs, Municípios	2026-2030	587 491 920		
	Programas de gestão eficiente da água e irrigação gota-a-gota	Aumento da disponibilidade de água, promoção de rega eficiente, gestão de bacias hidrográficas e conscientização para uso sustentável	Nº de hectares irrigados por sistema eficiente. Volume de água economizado. Produtividade média irrigada.	Redução do consumo de água e aumento da eficiência hídrica da agricultura	MAA, ANAS, DGASP	2026-2030	3 818 697 480		
	Promoção de energias renováveis aplicadas à agricultura e pesca	Promoção de energias renováveis e integração de energia limpa na pós-colheita e logística	Nº de sistemas de energia renovável instalados. Energia gerada/utilizada a partir de fontes renováveis. Redução de custos de energia para produtores.	Expansão do uso de energias renováveis nas atividades agrícolas e pesqueiras	Direção da Energia e Indústria, Empresas de Energia Renovável, DGASP	2026-2030	528 830 940		
	Fortalecimento das capacidades técnicas dos pescadores, pecuaristas e agricultores	Capacitação técnica, financeira e organizacional de produtores e lideranças, com intercâmbio de conhecimentos	Nº de produtores capacitados por setor. Nº de intercâmbios realizados. Nº de líderes de associações e cooperativas capacitados.	Adoção ampliada de boas práticas sustentáveis na agricultura, pecuária e pesca	DGASP, MAA, MM, ONGs, Cooperativas, Universidades	2026-2030	1 197 036 840		
	Programas de conservação da biodiversidade agrícola e combate à desertificação	Conservação da biodiversidade, restauração ecológica e valorização sustentável de recursos florestais	Área (ha) sob práticas de conservação da biodiversidade agrícola e controlo da erosão Taxa de sobrevivência (%) das mudas após 12 meses de plantio Área (ha) restaurada com sistemas agroflorestais	Recuperação de áreas degradadas e fortalecimento da conservação da biodiversidade agrícola	MAA, INIDA, ONGs, Municípios	2026-2030	1 334 647 560		
	Introdução de novas variedades adaptadas ao clima	Introdução de novas variedades e reconversão para sistemas agrícolas mais resilientes e produtivos	Nº de variedades introduzidas. Porcentagem de produtores utilizando variedades adaptadas. Produtividade média das novas variedades.	Utilização generalizada de variedades agrícolas adaptadas às alterações climáticas	DGASP, INIDA, MAA, Universidade des	2026-2030	1 383 825 750		

2.2. Promover a Transição agroecológica	Criação e dinamização da Rede Nacional para a Transição Agroecológica	Estruturação de redes, promoção de intercâmbio e disseminação de práticas agroecológicas	Nº de instituições integradas na rede. Nº de encontros ou fóruns realizados. Nº de boas práticas documentadas e partilhadas.	Rede Nacional para a Transição Agroecológica operacional e ativa em todas as ilhas	MAA, Universidades, ONGs			26 463 600	
	Implementação do Programa "Quadro Nacional de Concertação Agroecológica"	Elaboração de estratégia, políticas e mecanismos de coordenação para promover a agroecologia com monitoramento de resultados.	Estratégia e plano aprovados; leis e políticas formuladas e avaliadas; programa implementado; articulação multisetorial; monitoramento de metas anuais	Programa "Quadro Nacional de Concertação Agroecológica" implementado com ampla participação setorial	MAA, MM, Sociedade Civil			11 026 500	
	Reforço do Sistema de Extensão Rural e Campos-Escola do Produtor (CEP)	Criação de campos-escola e expansão da assistência técnica rural.	Nº de campos-escola instalados. Nº de produtores atendidos. Nº de visitas técnicas realizadas.	Sistema de Extensão Rural fortalecido e Campos-Escola do Produtor em pleno funcionamento	DGASP	2026-2028	307 859 880		
	Formação técnica e intercâmbios em agroecologia	Financiamento da pesquisa e promoção de intercâmbio entre investigadores, técnicos e produtores.	Nº de participantes em cursos e intercâmbios. Porcentagem de participantes aplicam conhecimentos no campo.	Técnicos e produtores capacitados em práticas e princípios da agroecologia Cooperação consolidada com universidades, centros de pesquisa e centros de competência Materiais técnicos e guias de boas práticas amplamente disseminados entre os produtores	DGASP, MAA, Universidades, CCAFS, CPLP, INIDA, Organiz. internacionais	2026-2030	1 417 566 840		

2.3. Promover e fortalecer cadeias de valor inclusivas e justas	Inclusão de agricultores, pecuaristas e pescadores nas cadeias de valor e nos mercados institucionais	Fortalecimento de associações, acesso a mercados e apoio à comercialização	Nº de produtores incluídos nas cadeias de valor institucionais. Volume de produtos comercializados em programas públicos. Rendimento médio adicional obtido pelos produtores.	Integração crescente de agricultores, pecuaristas e pescadores nas cadeias de valor e nos mercados institucionais	MAA, IGQPI, Câmaras Municipais, Empresas Logísticas e Agronegócio, Instituições Financeiras, ONGs e Organismos internacionais	2026-2028	276 985 680	22 053 000	
	Diversificação da produção agroalimentar, pecuária e pesca e processamento local	Estruturação de cadeias agroalimentares e promoção do processamento e agregação de valor local	Nº de produtores com produção diversificada. Nº de unidades de processamento instaladas. Porcentagem de produtos processados localmente.	Produção agroalimentar, pecuária e pesqueira diversificada, com aumento do processamento local	DGASP, MIC, Associações e cooperativas, MAA, PROEMPRESA, Setor Privado	2026-2030	311 388 360		
	Criação de Centros de Pós-Colheita e Hubs Logísticos Regionais	Desenvolvimento de infraestrutura logística, parcerias para investimento e melhoria da pós-colheita	Nº de centros/hubs operacionais. Redução de perdas pós-colheita (%). Nº de PPPs formalizadas	Centros de pós-colheita e hubs logísticos regionais em funcionamento nas principais ilhas agrícolas	MAA, Municípios, PPPs	2026-2030	2 648 124 240		
	Certificações de qualidade e de origem	Desenvolvimento de tecnologias e promoção de certificação e qualidade agrícola	Nº de produtos certificados. Nº de produtores/cooperativas certificados. Aumento de preço médio ou acesso a novos mercados.	Produtos agroalimentares nacionais reconhecidos por certificações de qualidade (BPA) e origem (IG/DD)	DGASP, IGQPI, MAA, Associação de Produtores/Cooperativas Agrícolas	2026-2030	720 692 040		
	Promoção e marketing de produtos locais	Promoção, marketing e realização de feiras de produtos e inovação agrícola.	Nº de campanhas de marketing realizadas. Aumento do volume de vendas de produtos locais. Nº de eventos/feiras em que produtos são promovidos.	Produtos locais com maior visibilidade e valorização nos mercados nacionais e internacionais Participação regular de Cabo Verde em feiras e eventos gastronómicos nacionais e internacionais	MAA, ICIEG, Câmara de Comércio, Turismo	2026-2030	345 791 040		
2.4. Fortalecer as Capacidades empreendedoras dos atores da cadeia agroalimentar	Formalização de micro e pequenas empresas e cooperativas	Apoio à formalização e sustentabilidade empresarial.	Nº de micro e pequenas empresas formalizadas. Tempo médio de formalização. Porcentagem de cooperativas regularizadas.	Maior número de micro e pequenas empresas e cooperativas formalizadas e ativas	DGASP, Ministério das Finanças, Ministério da Justiça, Instituições financeiras	2026-2030	1 287 895 200		
	Programas de empreendedorismo e empoderamento	Promoção do empreendedorismo, acesso a financiamento e seguros agrícolas, com inclusão de jovens, mulheres e grupos vulneráveis.	Nº de beneficiários dos programas. Nº de negócios iniciados ou fortalecidos. Porcentagem de participantes com aumento de rendimento ou produtividade.	Líderes e gestores do setor agroalimentar com competências reforçadas em gestão e liderança Jovens e mulheres empreendedores com oportunidades ampliadas e projetos implementados no meio rural Dinamização da inovação e consolidação de startups rurais em funcionamento	MAA, Universidades, ONGs, Juventude, IEP, PROEMPRESA, incubadoras, Seguradoras, Bancos, Parceiros internacionais	2026-2030	6 652 066 920		
TOTAL							22 818 900 690	59 543 100	

Eixo 3

Objetivos	Linhas de ação prioritárias	Atividades	Indicadores	Resultados esperados	Respons	Crono	Orçamento garantido	Orçamento adicional	Observações
3.1. Reforçar a coordenação da proteção social alimentar	Coordenação dos programas sociais alimentares	Mapear e coordenar programas existentes (ex.: RSI, PNASE, cestas básicas); criar mecanismo de coordenação; harmonizar critérios e	Nº de programas coordenados; nº de instituições envolvidas; sistema comum operacional	Maior coordenação, eficiência e cobertura	MFIDS, INPS	2026/2027		1 300 000	
3.2. Melhorar a cobertura e qualidade da	Reforço dos programas públicos de	Expandir cobertura; definir padrões nutricionais; melhorar logística; capacitar gestores	Nº de beneficiários; % de cobertura; qualidade nutricional	Aumento da cobertura e melhoria da qualidade alimentar	MFIDS, INPS	2027/2030		130 000 000	
3.3. Promover compras públicas locais	Integração da produção local na proteção social	Definir quotas locais; estabelecer contratos com produtores; organizar	% de compras locais; nº de produtores envolvidos; volume financeiro local	Aumento de rendimentos locais e dinamização da economia alimentar	MAA, MFIDS, INPS	2027/2035		7 167 225	
3.4. Integrar proteção social e inclusão produtiva	Articulação com atividades geradoras de rendimento	Integrar beneficiários em programas produtivos; apoiar transição económica; priorizar grupos vulneráveis	% de beneficiários integrados em atividades produtivas	Redução da dependência e maior autonomia económica	MFIDS, MAA, ONG, Ministério da	2027/2035		7 167 225	
TOTAL								0 145 634 450	

Eixo 4

Objetivos	Linhas de ação prioritárias	Atividades	Indicadores	Resultados esperados	Respons	Crono	Orçamento garantido	Orçamento adicional	Observações
4.1. Melhorar a alimentação e nutrição de bebês, crianças pequenas e menores de 5 anos para prevenir o triplo fardo da má nutrição	Promover alimentação saudável (diversificada e rica em micronutrientes) durante os primeiros 1000 dias	Consolidar e reforçar as estratégias de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno (BLH, IHAC, CCSLM, método Canguru); Realizar campanhas de sensibilização e educação do aleitamento materno; Realizar consultas pré-natais e de puericultura com aconselhamento nutricional. Formar agentes de saúde comunitária em nutrição materno-infantil. Implementar grupos de apoio à amamentação e alimentação complementar adequada. Integração dos indicadores de nutrição no SIS	Número de IHAC implementado e certificado; Número de novos postos de colheita criado e funcional; Método canguru implementado e oficializado; Número de campanhas de sensibilização e educação sobre aleitamento materno realizadas; Número de grávidas, mães e crianças atendidas com aconselhamento nutricional. Porcentagem/nº de agentes de saúde comunitário capacitados) Nº de grupos de apoio implementado por concelho) Nº de indicadores de nutrição integrado no SIS Nº de profissionais capacitados.	Aumento de IHAC certificado. Posto de colheita em funcionamento; Aumento da literacia sobre o aleitamento materno; Aumento de cobertura de grávidas atendidas nos CS consulta de nutrição) Agentes capacitados para orientar corretamente as famílias sobre alimentação adequada e saudável. Fortalecimento do apoio às mães e cuidadores, promovendo práticas alimentares adequadas na primeira infância. Indicadores de nutrição extraídos no SIS	MS	2026-2030	20 000 000		
	Garantir a suplementação, a fortificação de micronutrientes e promover o consumo de alimentos biofortificados	Distribuir suplementos de ferro, ácido fólico, vitamina A e outros para a população específica. Reforçar programas de fortificação de alimentos básicos (farinhas, sal, entre outros). Promover a produção e distribuição de alimentos biofortificados (ex.: batata-doce, mandioca, abóbora). Criar aliança nacional para fortificação dos alimentos.	Porcentagem de mulheres grávidas, puérperas, crianças menores de 5 anos que recebem suplementação (ferro, vit. A). Porcentagem da população com acesso a alimentos fortificados. Porcentagem de população com acesso a alimentos biofortificados. Aliança nacional sobre fortificação de alimentos publicada no BO	Populações específicas (grávidas, puérperas, crianças menores de 5 anos) com acesso à suplementação; Melhoria do valor nutricional dos alimentos básicos consumidos pela população, com cumprimento das normas de fortificação/biofortificação; Aumento do acesso e do consumo de alimentos biofortificados ricos em micronutrientes essenciais.; Aliança nacional sobre fortificação dos alimentos constituída e aprovada.	MS MICE ONGs SNSAN INIDA DGASP	2026-2030	65 000 000		

Eixo 4

Objetivos	Linhas de ação prioritárias	Atividades	Indicadores	Resultados esperados	Respons	Crono	Orçamento garantido	Orçamento adicional	Observações
4.1. Melhorar a alimentação e nutrição de bebês, crianças pequenas e menores de 5 anos para prevenir o triplo fardo da má nutrição	Promover alimentação saudável (diversificada e rica em micronutrientes) durante os primeiros 1000 dias	Consolidar e reforçar as estratégias de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno (BLH, IHAC, CCSLM, método Canguru); Realizar campanhas de sensibilização e educação do aleitamento materno; Realizar consultas pré-natais e de puericultura com aconselhamento nutricional. Formar agentes de saúde comunitária em nutrição materno-infantil. Implementar grupos de apoio à amamentação e alimentação complementar adequada. Integração dos indicadores de nutrição no SIS	Número de IHAC implementado e certificado; Número de novos postos de colheita criado e funcional; Método canguru implementado e oficializado; Número de campanhas de sensibilização e educação sobre aleitamento materno realizadas; Número de grávidas, mães e crianças atendidas com aconselhamento nutricional. Porcentagem/nº de agentes de saúde comunitário capacitados) Nº de grupos de apoio implementado por concelho) Nº de indicadores de nutrição integrado no SIS Nº de profissionais capacitados.	Aumento de IHAC certificado. Posto de colheita em funcionamento; Aumento da literacia sobre o aleitamento materno; Aumento de cobertura de grávidas atendidas nos CS consulta de nutrição) Agentes capacitados para orientar corretamente as famílias sobre alimentação adequada e saudável. Fortalecimento do apoio às mães e cuidadores, promovendo práticas alimentares adequadas na primeira infância. Indicadores de nutrição extraídos no SIS	MS	2026-2030	20 000 000		
	Garantir a suplementação, a fortificação de micronutrientes e promover o consumo de alimentos biofortificados	Distribuir suplementos de ferro, ácido fólico, vitamina A e outros para a população específica. Reforçar programas de fortificação de alimentos básicos (farinhas, sal, entre outros). Promover a produção e distribuição de alimentos biofortificados (ex.: batata-doce, mandioca, abóbora). Criar aliança nacional para fortificação dos alimentos.	Porcentagem de mulheres grávidas, puérperas, crianças menores de 5 anos que recebem suplementação (ferro, vit. A). Porcentagem da população com acesso a alimentos fortificados. Porcentagem de população com acesso a alimentos biofortificados. Aliança nacional sobre fortificação de alimentos publicada no BO	Populações específicas (grávidas, puérperas, crianças menores de 5 anos) com acesso à suplementação; Melhoria do valor nutricional dos alimentos básicos consumidos pela população, com cumprimento das normas de fortificação/biofortificação; Aumento do acesso e do consumo de alimentos biofortificados ricos em micronutrientes essenciais.; Aliança nacional sobre fortificação dos alimentos constituída e aprovada.	MS MICE ONGs SNSAN INIDA DGASP	2026-2030	65 000 000		

4.2. Prevenir o aumento do excesso de peso e obesidade e outras DNT associadas	Garantir a Educação Alimentar e Nutricional permanente para mudança de comportamento e adoção de estilos de vida saudável junto das comunidades, principalmente os mais vulneráveis (p. ex: atividade física, consumo de frutas e vegetais, entre outros)	Realizar sessões comunitárias de EAN com foco em práticas saudáveis. Desenvolver materiais educativos (rádio, TV, redes sociais, cartazes, entre outros). Formar líderes comunitários em EAN.	Nº de sessões de EAN realizadas. Nº de materiais de educativos elaborados e publicados Nº de líderes comunitários formados em EAN.	Aumento da literacia em saúde e nutrição da população. Líderes comunitários capacitados para disseminar informações corretas e consistentes sobre práticas alimentares saudáveis.	MS SNSAN. ONGs FICASE	2026-2030	25 000 000		
4.3. Reforçar as ações multissetoriais com intuito de promover um ambiente alimentar saudável e seguro	Reforçar o quadro legal e institucional para a promoção de uma alimentação saudável e segura, com ênfase na regulação da produção, oferta, comercialização e publicidade de alimentos ultraprocessados	Elaborar ou atualizar legislação sobre rotulagem, publicidade e venda de ultraprocessados. Legislar/Regulamentar as cestas básicas em CV Desenvolver campanhas para sensibilizar produtores, comerciantes e consumidores sobre alimentação saudável. Criar campanhas comunitárias sobre segurança sanitária de alimentos.	Existência de legislação aprovada/atualizada. Porcentagem de cestas básicas regulamentadas que cumprem os critérios nutricionais definidos. número de campanhas de sensibilização realizadas sobre alimentação saudável.	Legislação publicada e divulgada	MS IGAE ERIS INSP, SNSAN FAO OMS UNICEF	2026 -2030	12 000 000		

4.4. Reforçar as intervenções de nutrição em ambiente escolar	Qualidade nutricional e compras públicas inclusivas	- Revisão da Lei de Alimentação e Saúde Escolar (LASE nº 89/VIII/2015) de forma a aumentar de 25% para 30% o valor do orçamento para aquisição de Gêneros Alimentícios (GA) a ser canalizada para aquisição de produtos de produção nacional (PPN); - Simplificação dos mecanismos da aquisição do PPN em função da especificidade e natureza da aquisição versus informalidade dos agricultores, pescadores e criadores; - Atualização da ementa alinhado aos hábitos, cultura alimentar e produção local;	% do orçamento aplicado em PPN (meta: 30%). - Nº de fornecedores locais contratados. % de fornecedores informais regularizados ou aceitos via mecanismos simplificados; - Volume de PPN adquiridos (toneladas/ano). % de refeições escolares com pelo menos 1 produto local. - Valor nutricional médio das refeições (calorias, proteínas, micronutrientes) proveniente dos PPN.	- Aumento de 5 pontos percentuais no orçamento destinado ao PPN (25% → 30%). +20% no número de agricultores/pescadores/criadores beneficiados. +15% na diversidade de PPN. +40% de fornecedores informais incluídos. +50% de cooperativas envolvidas. +10% na aceitação das refeições escolares. +10% nos indicadores nutricionais (ferro, cálcio, vitaminas)	ME / FICASE MS MAA	2026–2030	500 000 000			
	Educação alimentar e ambientes escolares saudáveis	- Integração formal da EAN no currículo (guias nacionais + planos de aula). - Programa anual de capacitação certificada de docentes. - Programa "Porta da Escola Saudável" (vendedeiras). - Ciclos de educação parental em nutrição escolar. - Fiscalização e aplicação do regulamento da oferta alimentar. - Hortas pedagógicas e feiras culinárias escolares.	% EEE com EAN integrada. - Nº docentes capacitados. % EEE com oferta alimentar regulada. - Nº ações com vendedeiras e PEE.	≥ 70% de EEE com EAN efetiva. - Melhoria comprovada dos hábitos alimentares. - Redução da oferta de alimentos não saudáveis no entorno escolar.	ME / FICASE MS MAA ANM Câmaras Municipais	2026–2030		585 000 000		a mobilizar
	Prevenção e controlo da malnutrição	- Rastreio nutricional anual (antropometria e anemia). - Sistema de referência escola-saúde. - Suplementação e fortificação alimentar quando indicada. - Intervenções preventivas diferenciadas (anemia, excesso de peso). - Formação de professores e técnicos em vigilância nutricional.	% alunos rastreados anualmente. % casos referenciados com seguimento. - Prevalência de anemia, baixo peso e excesso de peso	≥ 90% dos alunos rastreados. - Redução ≥ 20% da anemia. - Estabilização/redução da desnutrição aguda e do excesso de peso.	ME / FICASE MS MAA	2026–2030		260 000 000		a mobilizar

	Financiamento e sustentabilidade do PNASE	- Revisão da LASE com cláusula de financiamento sustentável. - Afetação de receitas fiscais a partir de taxas aplicadas a bebidas açucaradas, álcool, tabaco. - Parcerias com setor privado e cooperação internacional. - Planeamento financeiro plurianual.	- Lei revista e regulamentada. % orçamento do PNASE proveniente de fontes fiscais - Nº de parcerias formalizadas	- Financiamento previsível e estável. - Redução da dependência de fontes externas	ME / FICASE MF MS MAA	2026-2028		130 000 000	a mobilizar
	Governança e fortalecimento institucional	- Programa nacional de capacitação de gestores e cozinheiras. - Reforço da coordenação intersectorial (educação, saúde, agricultura). - Manual nacional de procedimentos do PNASE. - Reforço da liderança técnica a nível central e municipal. - Auditorias técnicas e operacionais periódicas.	- Nº profissionais capacitados. - Nº estudos/inquéritos realizados. - Instâncias de coordenação funcionais. % EEE conformes aos procedimentos.	- Melhoria da eficiência operacional. - Maior qualidade e segurança alimentar.	ME / FICASE MS MAA ANM Câmaras Municipais	2026-2028		130 000 000	a mobilizar
	Monitorização, Avaliação e Evidência	- Implementação de sistema digital integrado de M&A. - Inquéritos padronizados de saúde e nutrição de adolescentes (Global school-based student health survey (GSHS - OMS)). - Formação em uso de dados para decisão.	- Sistema interoperável funcional. % decisões programáticas baseadas em evidência. - Relatórios publicados regularmente.	- Decisão baseada em evidências. - Comparabilidade internacional assegurada.	ME / FICASE MS MAA INE	2026-2030		325 000 000	a mobilizar
	Inovação, Comunicação e Impacto Social (proposta complementar)	- Campanhas nacionais de comunicação em nutrição escolar. - Projetos-piloto inovadores (modelo de cozinha centralizada, digitalização, refeições/dietas especiais). - Envolvimento de jovens como promotores de saúde. - Disseminação de boas práticas.	- Nº campanhas e projetos-piloto. - Alcance da comunicação. - Nº escolas replicando boas práticas.	- Maior visibilidade e apropriação social do PNASE. - Inovação escalável e sustentável.	ME / FICASE MS MAA	2026-2030		260 000 000	a mobilizar

4.5. Promover regimes alimentares saudáveis, acessíveis e sustentáveis	Elaborar documentos Estratégicos para promoção de hábitos alimentares saudáveis	Elaborar um Guia Alimentar de referência para a população cabo-verdiana	Guia Alimentar elaborado e aprovado.	Guia Alimentar da População Cabo-verdiana disseminado.	MS SNSAN INSP FICASE ONGs	2027-2030		45 500 000	a mobilizar
	Incentivar a comercialização e consumo de alimentos locais frescos (frutas, vegetais, peixe) e minimamente processados (leguminosas secas)	Realizar feiras comunitárias de alimentos frescos. Criar campanhas de valorização da produção local. Integrar alimentos locais em cantinas escolares, hospitais e programas sociais. Treinar cozinheiros e famílias em receitas simples com produtos locais. Mapear receitas tradicionais com potencial nutricional. Realizar oficinas culinárias comunitárias. Produzir vídeos e materiais educativos sobre culinária tradicional saudável. Incentivar concursos culinários comunitários.	Nº/Percentam de famílias com consumo de alimentos frescos. Nº de feiras comunitárias realizadas. Percentagem de alimentos locais nos programas públicos. Nº de pessoas formadas em culinária com produtos locais. Nº de receitas tradicionais valorizadas e disseminadas. Nº de oficinas realizadas. Nº/Percentam de famílias com adoção das receitas pelas famílias (avaliação pós).	Aumento da comercialização e do consumo de alimentos locais pela população Valorização da cultura alimentar local	MAA Associações locais ME/ FICASE C. Municipais ONGs MFIS	2027-2030		52 000 000	a mobilizar
	Promover o consumo de receitas tradicionais saudáveis juntos das comunidades								
TOTAL								622 000 000	1 787 500 000

Eixo 5									
Objetivos	Linhas de ação prioritárias	Atividades	Indicadores	Resultados esperados	Respons	Crono	Orçamento Garantido	Orçamento adicional	Observações
5.1. Reforçar o Sistema Nacional de Informação em SAN	Diagnóstico e modernização do sistema de informação SAN	Mapear fontes de dados, avaliar qualidade e interoperabilidade, identificar lacunas e produzir plano de modernização do sistema.	Relatório de diagnóstico validado; nº de instituições e bases de dados analisadas; nº de lacunas priorizadas; plano de ação elaborado.	Base técnica consolidada para reforço e modernização do sistema de informação SAN.	INE, SNSAN, FAO	2028-2030		1 950 000	
	Observatório agroclimático e interoperabilidade de dados	Desenvolver plataforma digital integrada, instalar e manter estações meteorológicas, produzir boletins e dashboards, capacitar equipas e formalizar protocolos de partilha e normas de qualidade dos dados.	Nº de estações em funcionamento; plataforma operacional; nº de boletins publicados; nº de utilizadores ativos; nº de técnicos capacitados; tempo de disponibilização da informação.	Observatório agroclimático operacional; maior capacidade de antecipar riscos; melhor tomada de decisão; maior resiliência dos agricultores; integração institucional reforçada.	MAA, INMG			22 053 000	
	Perfis de vulnerabilidade e inquérito nacional	Atualizar dados de pobreza, insegurança alimentar, saúde, género e meios de vida; mapear grupos vulneráveis por território; integrar perfis em sistemas sociais; institucionalizar e financiar periodicamente o inquérito nacional às famílias.	Nº de perfis elaborados; nº de grupos caracterizados; cobertura territorial; nº de instituições utilizadoras; nº de relatórios publicados.	Melhor conhecimento das populações vulneráveis e produção regular de evidência para resposta e planeamento.	INE, SNSAN, Ministério da Saúde			72 800 000	Inclui fortalecimento do perfil dos grupos vulneráveis e garantia de perenidade do inquérito nacional.
	Sistema de informação de mercado e balanço alimentar	Atualizar estudo da capacidade de estocagem; manter recolha e divulgação semanal de preços; recolher dados de stocks; alargar importadores no SIMPA; realizar estudos de mercado; elaborar balanço alimentar e anuário SAN.	Estudo de estocagem atualizado; taxa de recolha/divulgação de preços; publicação do balanço alimentar; cobertura de dados de stock; nº de importadores integrados; nº de estudos concluídos; anuário elaborado.	Informação de mercado, stocks e balanço alimentar regularmente produzida e divulgada.	SNSAN			11 026 500	

5.2. Reforçar o plano nacional integrado para resposta eficaz e antecipada a crises de insegurança alimentar	Proteção social adaptativa e resposta em crises	Rever mecanismos de proteção social adaptativa; criar protocolos de transferências emergenciais; prever expansão temporária de beneficiários; capacitar equipes e integrar sistemas de alerta com programas de resposta.	Tempo entre alerta e ativação; nº de famílias beneficiadas; percentagem de expansão dos programas; nº de simulações realizadas.	Sistema integrado e funcional de resposta precoce a crises; populações vulneráveis assistidas.	MAA, MFIS, Proteção Civil, Autarquias, ONGs, FICASE	Produção de boletins; protocolos de partilha e comunicação pública (12-24 meses)		5 513 250	
	Gestão estratégica de stocks para crises	Atualizar lista de produtos alimentares de primeira necessidade e reforçar o quadro legal e operativo para gestão, supervisão e acionamento de stocks de segurança e mecanismos financeiros de emergência.	Lista de produtos atualizada; instrumentos legais e normativos elaborados e aprovados.	Regras de gestão de stocks definidas e instrumentos normativos divulgados.	MAA, FAO, CEDEAO			2 600 000	
	Alerta precoce e coordenação interinstitucional	Definir indicadores-chave de alerta; produzir relatórios regulares de risco; realizar análise de insegurança alimentar aguda; treinar equipas; institucionalizar a célula do Quadro Harmonizado; desenvolver protocolos de partilha de dados entre ministérios e parceiros.	Sistema operacional; nº de indicadores monitorizados; frequência dos alertas; tempo entre alerta e ação; nº de setores envolvidos; nº de reuniões/ano; nº de bases interoperáveis; nº de análises CH realizadas.	Sistema de alerta precoce operacional no SISAN; protocolos de ação definidos; responsabilidades claras; cartografia de insegurança alimentar aguda elaborada.	SISAN, MAA, INE, Ministério da Saúde, Proteção Civil, METEO	2026-2030; avaliação, ajustes e expansão (24-36 meses)	2 500 000	3 250 000	Agrega desenvolvimento do sistema nacional de alerta precoce e consolidação do mecanismo de coordenação intersetorial.
TOTAL							2 500 000	119 192 750	

Eixo 6

Objetivos	Linhas de ação prioritárias	Atividades	Indicadores	Resultados esperados	Respons	Crono	Orçamento garantido	Orçamento adicional	Observações
6.1. Implementar marcadores orçamentais SAN	Marcadores SAN no orçamento público	Desenvolver metodologia; mapear despesa; desenvolver guia de formação e testar piloto; institucionalizar no OGE	% do orçamento com marcador SAN; piloto implementado (sim/não)	Sistema de marcadores operacional	MAA; MF	2026/2027		9 100 000	
6.2. Integrar SAN no planeamento multinível	Planeamento nacional e local integrado	Crear mecanismo de planeamento; apoiar planos municipais; integrar no OGE	% de municípios com planos SAN; % de setores com SAN integrada	Planeamento e orçamento alinhados	MAA; Municípios; MF	2027/2028		1 300 000	
6.3. Reforçar monitorização e governação SAN	Monitorização e transversalização	Definir indicadores SAN; produzir relatórios anuais; alinhar financiamento	% do orçamento com tag SAN; nº de relatórios publicados/ano	Maior coerência e eficiência da despesa	MAA; MF	2028/2030		650 000	
TOTAL							0	11 050 000	